

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

ATA Nº 039 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)  
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HERMÍNIO J. BARRETO (*AD HOC*)  
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por dez minutos.  
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 20:46 E REABERTA ÀS 20:50 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Declaro reaberta a presente Sessão.  
Convido o Sr. Deputado Hermínio J. Barreto para assumir a 1ª Secretaria e solicito ao Sr. Deputado Eliene que assumam a 2ª Secretaria.  
(O SRS. DEPUTADOS HERMÍNIO J. BARRETO E ELIENE ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.  
(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 131/00, do Presidente da Assembléia Legislativa do Acre, agradecendo pela acolhida que recebera, quando de sua participação das reuniões do Parlamento Amazônico; Ofício do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, justificando o motivo de sua ausência nas Sessões do período de 08 a 13 de abril de 2000; e Ofícios nºs. 189/00, do Chefe do 11º DRF/DNER, e 233/00, do Secretário-Chefe da Casa Civil, ambos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Com a palavra, o Deputado Joaquim Sucena (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Nico Baracat (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me em nome da Comissão de Direitos Humanos desta Casa relatar brevemente a viagem que fizemos à cidade de Rondonópolis e à cidade de Cáceres, às quais não tivemos a oportunidade de nos referir.

Em Rondonópolis estive o Deputado Hermínio J. Barreto, agregamos também o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

Deputado Zé Carlos do Pátio, e eu. Em Cáceres esteve o Deputado Túlio Fontes, o Deputado Joaquim Sucena, o Deputado Hermínio J. Barreto e eu. Gostaríamos de informar que em Cáceres nós visitamos a Delegacia da Infância e da Juventude, visitamos a Cadeia Pública, visitamos a Delegacia-Geral, e também nos reunimos com a UNEMAT e com o Centro de Direitos Humanos Dom Márcio Mennes.

Eu gostaria de dizer que nos dois eventos nós tivemos atenção. Em Cáceres nós tivemos uma atenção muito pronta do Delegado Regional, Dr. Lindomar Souza, se não me engano, e em Rondonópolis nós visitamos a Penitenciária da Mata Grande, o COPON, a Delegacia da Infância e da Juventude e, também, a cadeia. Depois nos reunimos com o Bispo Dom Juventino e com os membros do Conselho de Direitos Humanos Simão Bororo. Nessa oportunidade, nós conseguimos assinalar que o Comando da PM foi muito pronto, muito lícito conosco, desde o início até o fim, na pessoa do Comandante da Guarda de Penitenciária da Mata Grande.

Não me cabe aqui relatar todos os episódios e todas as nossas averiguações, porque isso será objeto de um relatório da Comissão de Direitos Humanos, mas eu poderia resumir que em Cáceres nós constatamos a precariedade em que a Polícia Civil trabalha, numa área muito grande e muito adversa, por questões de fronteira, por ser uma fronteira seca muito grande, onde a polícia mostra-se não equipada, tanto em termos de homens como de equipamentos materiais para salvaguardar a segurança do povo. Em Rondonópolis nós constatamos, além da falta de um pequeno contingente, com as dificuldades que tem uma cidade média para suprir as atenções à Segurança Pública. O que tem de comum entre Cáceres e Rondonópolis, em termos de Segurança Pública, e especialmente quanto ao sistema carcerário prisional e quanto ao sistema admissional nas delegacias, é que existe uma insuficiência da atuação do aparelho do Estado, insuficiência essa que reflete, às vezes, em atenção aos direitos humanos daqueles que são devedores para com a sociedade...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ... os quais o Estado tem o poder de Polícia para segregar, mas, ao mesmo tempo, tem o dever de assegurar-lhes o pleno respeito aos seus direitos.

Oportunamente, eu espero que o Deputado Túlio Fontes possa complementar este relato referente a Cáceres, e o Deputado Hermínio J. Barreto referente a Rondonópolis, porque eles estiveram lá, conhecem muito bem as realidades locais e podem oferecer uma visão de conjunto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente só tenho três minutos, e eu gostaria de fazer dois comunicados: Primeiro, nós protocolamos uma ação popular contra o Governo do Estado, por ter contratado a Fundação de Desenvolvimento Gerencial, que é um *pool*, compõe-se de um *pool* de grandes empresas, dentre elas a Gerdal, Votorantin, Usiminas e tantas outras, sem licitação, no valor de quase dois milhões de reais, para fazer assessorias e consultorias - o que dá dinheiro aqui agora é fazer consultoria para este Governo, estou comunicando... O segundo comunicado é que protocolei também uma ADIN contra o aumento arbitrário de 42% do ICMS da energia elétrica e da telefonia.

Eu estou vendo correr agora uma conversa de que houve um entendimento entre os governistas e o Governo, a Bancada Governista e o Governo, por alguma redução no ICMS da energia elétrica, mas essa redução continua insignificante, porque esses números do ICMS não são verdadeiros, quando prevêm 20%, são 27%; quando prevêm 30%, são 42%; e assim sucessivamente.

E eu queria registrar - isso agora é contra a Rede CEMAT - que nessa briga eu vou entrar. Aliás, eu já estou dentro dela faz tempo, que é a instalação desses novos, não sei o que lá...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

O Sr. Moacir Pires (DE SUA BANCADA) - Relógios.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - ...relógios. E lá em Várzea Grande já foram arrancados 144, e nós fretamos, junto com o pessoal, um caminhão e entregamos tudo lá na Rede CEMAT, sem estragar o patrimônio... Na minha casa ninguém vai instalar aquilo lá, pelo menos se eu estiver em casa. Não instala, porque está aqui a prova do crime. Está aqui! No local onde já foi instalado, a pessoa gastava 143kW - eu não vou botar o valor que era para não perder tempo, porque o meu tempo está se esgotando - e pagou no mês de janeiro o equivalente a 143kW. Quando chegou o mês de fevereiro, escreveram assim: “Visor embaçado. Faturado por média...” Preste atenção, Deputado Nico Baracat, que é lá de Várzea Grande, lá está assim... “Visor embaçado...” Ninguém enxerga aquele negócio...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO À ORADORA QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - ...Concede-me mais um minuto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo mais um minuto a V. Ex<sup>a</sup>.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - “Visor embaçado”, medido por média, prestem atenção, Srs. Deputados, 147kW... Quando chegou no mês de março, de novo, “Visor embaçado. Medido por média”, 147kW, até aí tudo bem - o visor estava embaçado, foi 147kW em fevereiro e 147kW em março. Chegou a conta para ser paga agora em abril, porque seria do mês de março, que tem que pagar dia 24 de abril, 274kW! Agora eles conseguiram ler. Eles leram tudo do passado, do presente e do futuro também. Quer dizer, não dá.

Essa briga nós temos que comprar com a Rede CEMAT. Se já arrancaram 144 medidores da Várzea Grande, Deputado Nico Baracat, e entregaram lá, e eu fui junto - eu sei que foram entregues com ordem, tudo em ordem, sem nenhum dano ao patrimônio -, nós não podemos permitir, porque vai aumentar, e muito, e nós não conseguimos mais ter o controle. Está aqui a prova. Tenho quatro contas provando, ninguém consegue ler, nem os funcionários da Rede CEMAT...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO À ORADORA QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - ...E aí eles não conseguem ler, e no outro mês vem o dobro da conta. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós dizíamos sempre nesta tribuna que a Bancada do Governo estava interessada e lutando para derrubar o ICMS da energia elétrica, porque nós achávamos caro também, não era só a Oposição, isso não era discurso da Oposição. Era intenção da Bancada do Governo forçá-lo a baixar esse ICMS da energia elétrica, e o Governador foi acessível, naturalmente depois de fazer um estudo do impacto na Receita do Estado, que ela é muito grande. É preciso até que se onere alguma coisa, porque as finanças do Estado podem até entrar em parafuso, porque elas repercutem bastante no Orçamento do Estado.

Eu vou, embora já seja do conhecimento dos Srs. Deputados, relatar a relação do abatimento. A Oposição parece que não tem interesse nisso, perdeu o interesse, acabou o discurso da Oposição. Porque, vejam bem, nós elevamos o consumo de 50kW para 100kW para isentar do ICMS, é o dobro, e isso corresponde a 131.000 consumidores, quase a metade ou a metade dos consumidores do Estado de Mato Grosso.

Então, Sr. Presidente, foi atingido o objetivo que nós queríamos, que era beneficiar a classe mais pobre, a classe que não tem poder aquisitivo, reduzindo também, em seqüência, para outras classes - média, média alta e a rica. E a rica, o Deputado Moacir Pires sabe, não precisa fazer

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

economia...

É o seguinte o patamar: de 101kW a 150kW foi reduzido para 10%, o que corresponde a 96.218 consumidores - veja que só aí nós já abrangemos 70% dos consumidores do Estado de Mato Grosso -; de 151kW a 200kW nós reduzimos para 17%; de 251kW a 500kW foi reduzido de 30% para 25%, e de 500kW para cima, que são os consumidores de alta renda, que devem ter congeladores, geladeiras, ares-condicionados, vão pagar 30%.

Eu acho que o Governador fez o que podia ser feito, a Bancada do Governo lutou para que se chegasse a esse patamar, porque a intenção do Governador era uma redução menor, e não atingiu o objetivo que nós todos Deputados queríamos. Dessa maneira, eu acho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que foi sanado o polêmico discurso do ICMS da energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Esta Presidência registra com prazer, a pedido do Deputado Nico Baracat, a presença do Sr. Antônio Bruno, Vice-Prefeito do Município de Planalto da Serra, e esposa.

Desejamo-lhes as boas-vindas e que se sintam em casa!

Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, eu quero enaltecer a participação hoje da Bancada do Governo na reunião com o Governador, mostrando que nem sempre a Bancada Governista tem que concordar com tudo. Houve um debate muito amplo e acabou por prosperar o bom senso. Nesse sentido, o Governador do Estado admitiu a proposta da Bancada de isentar ICMS, conforme o Deputado Rene Barbour já anunciou - até 100kW fica isento de ICMS; de 101kW a 150kW, 10%; de 151kW a 250kW, 17%; de 251kW a 500 kW, 25%, e para os consumidores acima de 500 kW, 30%.

Já foi uma grande conquista, Deputado Humberto Bosaipo, e eu quero enaltecer a forma como o Governador encarou não só a pressão da Bancada, mas de toda a sociedade - é dessa forma que um Governo sensível com os problemas do seu Estado trata a causa pública.

Sem dúvida nenhuma foi uma grande vitória para todos nós, Deputado Gilney Viana. Inclusive, eu não vou ser beneficiado, estive olhando lá, mas vai beneficiar centenas e milhares de famílias que precisam.

Quero apresentar aqui, caros companheiros, algumas proposições de minha autoria:

1º) MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE: Nos termos do artigo 272, alínea "i", do Regimento Interno, requero à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que aprove e envie Moção de Solidariedade na seguinte forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO aprova Moção de Solidariedade e, a requerimento do Deputado Riva, manifesta sua solidariedade ao Deputado Federal Hélio Costa pela autoria do Projeto de Lei que duplica a pena de prisão para o traficante que negociar drogas dentro das escolas e a até 200 metros do seu raio, ao tempo que aguarda da Mesa da Câmara Federal os trâmites necessários para sua apreciação.

Recentemente apresentei, em parceria com a Deputada Serys Silhessarenko, Requerimento para a criação da CPI do Narcotráfico, em andamento nesta Assembléia Legislativa, para auxiliar as ações da Comissão congênere na Câmara Federal. Em outra oportunidade, apresentei projeto de lei que institui o Programa Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente dependente de drogas.

Essas iniciativas representam a grande preocupação que percebemos nas pessoas do nosso convívio, bem como pelas manifestações oriundas dos mais variados setores da cidade, com o alastramento do uso de drogas, principalmente entre os adolescentes.

A iniciativa do Deputado Hélio Costa, além de louvável, representa amplo sentimento

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

social, que é o de ver por longo tempo na prisão o traficante de drogas. Quando se trata da sua ação nas escolas, vê-se ainda com maior repugnância, pois encontra ali crianças indefesas e que são conquistadas para o uso quase sem resistência.

Por esses motivos é que espero da Mesa da Câmara Federal as ações necessárias para aprovar com a plausível urgência esta e outras propostas que tramitam naquela Casa, para que os traficantes sejam retirados do convívio da sociedade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de abril de 2000.  
Deputado RIVA - PSDB

2º) REQUERIMENTO: Nos termos do artigo 270, inciso “f”, do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, a designação de Audiência Pública e posterior investigação sobre a situação em que se encontra o transporte escolar no Estado de Mato Grosso, a ser desenvolvida na Comissão de Educação, Cultura e Seguridade Social.

A Comissão, para efetivação desse procedimento, deverá requerer informações das instituições públicas de ensino, dos conselhos escolares, das entidades representativas dos trabalhadores e produtores rurais, do Sindicato dos Profissionais da Educação, bem como documentos dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

O presente Requerimento tem como objetivo a realização de um amplo estudo da situação em que se encontra o transporte escolar em Mato Grosso.

Recentes manifestações apontam para diversas irregularidades em vários Estados brasileiros, o que vem provocando dificuldades para o acesso da criança à escola, principalmente àquelas que residem nas comunidades rurais.

Essa investigação poderá mostrar com total transparência a nossa realidade, bem como servir de parâmetro para apresentarmos sugestões que permitam melhorias significativas para garantir cada vez mais o ingresso das crianças na escola, objetivo perseguido por todos com assento nesta augusta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de abril de 2000.  
Deputado RIVA - PSDB

3º) VOTO DE PESAR: Nos termos do artigo 272, alínea “i”, do Regimento Interno, requeiro a Mesa, ouvido o soberano Plenário, que aprove e envie Moção de Pesar, na seguinte forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros e a requerimento do Deputado Riva, manifesta a seus familiares seu profundo pesar pelo falecimento do Jornalista James Fabiano, ocorrido no dia 09 de abril de 2000, extensivo aos amigos e profissionais de comunicação que com ele conviveram.

James Fabiano, 44 anos, natural do Estado de Goiás, atuava há mais de vinte anos como Jornalista, tendo deixado sua valiosa contribuição em vários órgãos de informação de Mato Grosso, sendo que nos últimos meses escrevia para os jornais Diário de Cuiabá e Bastidores do Poder.

Era servidor da Assembléia Legislativa, lotado na Secretaria de Imprensa, onde deixou muitos amigos, e, principalmente, um trabalho que muito contribuiu para que a população tivesse conhecimento das atividades parlamentares e das decisões políticas aqui ocorridas.

Em respeito ao homem, pai honrado e profissional competente, quero contar com o acolhimento dos nobres Deputados para se somarem nesta Moção de Pesar.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de abril de 2000.  
Deputado RIVA - PSDB

Eu quero aqui dizer que foi uma grande perda para o jornalismo de Mato Grosso, porque esse Jornalista era uma pessoa que, às vezes, até passava despercebido, mas era um profissional de bom caráter, atuante, e por isso, talvez, poucas pessoas tenham notado que até o seu falecimento foi da forma como ele gostava, tudo sem muito estardalhaço. Então, eu sei que muitos em Mato Grosso não sabem ainda da grande perda do Jornalista James Fabiano, que era um excelente Jornalista.

4º) PROJETO DE LEI:

**Dispõe sobre a isenção do pagamento do IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, para os automóveis adaptados para as pessoas portadoras de deficiência física.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam isentos do pagamento do IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores os automóveis novos e usados, adaptados para as pessoas portadoras de deficiência física.

**Art. 2º** Para garantir o acesso ao benefício, o proprietário deverá apresentar, até o dia 30 de janeiro de cada ano, laudo de vistoria do setor competente, comprovando a adaptação.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei tem como objetivo estabelecer como benefício a isenção do pagamento do IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores aos automóveis novos e usados, adaptados para o uso de deficientes físicos.

Trata-se de uma ação que possibilita facilitar a aquisição de veículos adaptados pelas pessoas portadoras de deficiência física, podendo atender a um número cada vez maior de adquirentes.

A aplicação desta lei não trará prejuízos para o Estado, tendo em vista que em relação à frota hoje circulante em Mato Grosso incidirá apenas sobre uma pequena parcela.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de abril de 2000.

Deputado RIVA - PSDB

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Túlio Fontes.

O SR. TÚLIO FONTES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada, eu ocupo esta tribuna para apresentar uma Indicação de nossa autoria:

Indico ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, José Carlos Novelli, a implantação da rodovia que liga o Município de Salto do Céu ao Município de Tangará da Serra, prolongamento da MT-170.

Com fulcro no art. 237, alínea “g”, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada a presente Indicação ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, José Carlos Novelli, mostrando a necessidade de viabilizar a implantação da rodovia que

liga o Município de Salto do Céu ao Município de Tangará da Serra, prolongamento da MT-170.

#### JUSTIFICATIVA

O Município de Salto do Céu se encontra hoje localizado num final de linha, o que vem prejudicando o seu crescimento econômico, uma vez que a MT-170, que possibilitaria a ligação com o Município de Tangará da Serra, não foi concluída.

É importante destacar que os municípios de Salto do Céu e de Tangará da Serra são populosos, pujantes, e suas economias ajudam no desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, como é do conhecimento de todos.

Com a implantação da aludida rodovia, haverá facilidade para o escoamento da soja para o porto de Cáceres, além de proporcionar um maior fluxo de turistas para as regiões, implementando a sua economia e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento, com a melhoria de condições de vida da população dos referidos municípios.

Diante do exposto, justificamos a necessidade da conclusão da rodovia que liga Salto do Céu, Região Oeste, ao Município de Tangará da Serra, Médio Norte do Estado de Mato Grosso.

Ante o exposto, requeremos aos nobres colegas Deputados a aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de abril de 2000.  
Deputado TÚLIO FONTES - PSDB

Na verdade ela é o prolongamento da MT-170, sendo que foi iniciada em um certo tempo, e não foi concluída, de maneira que o Município de Salto do Céu precisa dessa importante rodovia para o seu desenvolvimento. É importante ressaltar que o Município se encontra num “final de linha”, já que ela tem uma única ligação com o Município de Rio Branco e com o Município de Lambari d’Oeste, por Cáceres, mas no outro sentido ela não tem ligação. Assim, com a conclusão dessa MT-170, com certeza a produção tanto de Tangará da Serra quanto de Salto do Céu poderá ser melhor transportada - a produção agropecuária -, e inclusive ajuda também na viabilização da soja para o porto de Cáceres, uma vez que nós temos lá uma hidrovía.

Sr. Presidente, eu também quero, rapidamente, falar a respeito da importante visita da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, da qual fiz parte, juntamente com os Deputados Gilney Viana, Hermínio J. Barreto e Joaquim Sucena, a Cáceres. Nós fizemos uma visita, tivemos uma conversa com alguns reeducandos e pudemos constatar que realmente, embora o Governo do Estado venha buscando fazer muita coisa na Segurança Pública - e nisso o Secretário Hilário Mozer também tem a sua participação -, há muito ainda que se fazer para que nós tenhamos aquelas cadeias públicas e, também, a delegacia de menores numa situação razoável, numa situação em que não ocorra, vamos dizer assim, que não haja ferimento aos direitos humanos propriamente ditos. E é importante ressaltar que toda a comunidade cacerense, tenho certeza, ficou feliz com a visita, que demonstra também a preocupação desta Casa, especialmente da Comissão, com a questão da violência na fronteira... (O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. TÚLIO FONTES - ...E um outro ponto importante - um minuto mais, Sr. Presidente -, que nós gostamos sempre de frisar, é que fizemos lá em Cáceres... A Comissão de Direitos Humanos não busca, de forma alguma, proteger bandidos, porque existe uma certa preocupação, uma certa, às vezes, distorção por parte de determinados segmentos que pensam dessa forma. Na verdade, o que nós queremos é que quem errou pague, obviamente, seja condenado, processado e cumpra sua

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

pena, mas que também isso ocorra dentro dos limites, dentro do que preceitua a Constituição Federal e a Declaração dos Direitos Humanos da ONU.

Era isso, Sr. Presidente, por hora muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado

Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para ressaltar que não é a ação, o combate, a discussão, a briga, a guerra com relação ao ICMS, que ora está sendo anunciado pelo Deputado Rene Barbour, Líder do Governo, um mérito só da Bancada do Governo. Eu acho que a Bancada de Oposição, em todos os momentos, posicionou-se contra esse aumento, foi às ruas, brigou muito e vamos brigar ainda mais, Sr. Presidente, com relação a essa questão do ICMS.

Eu espero, Deputado Rene Barbour, que essa redução que V. Ex<sup>a</sup> anunciou - eu quero ver o Projeto de Lei ainda, porque o Projeto tem que vir aqui - não seja e não fique só agora no ano eleitoral e no período eleitoral, mas que isso perdure até o próximo Governo. Espero que não venha uma outra Mensagem, em dezembro deste ano, depois das eleições municipais - e nós temos que deixar toda a sociedade atenta para isso - trazendo aos patamares que estão o ICMS hoje. Esperamos isso. Vamos estar atentos na Assembléia Legislativa, e vamos registrar isso na Casa, para que continue após as eleições.

E também, Sr. Presidente, para apresentar um Requerimento:

Com base no que dispõe os arts. 272, alínea "a", e 52 e seus desdobramentos, do Regimento Interno desta Casa de Leis, ouvido o soberano Plenário, requero à Mesa Diretora, com a devida vênua, a constituição de uma Comissão Especial pluripartidária, composta por 05 (cinco) membros, com a finalidade de acompanhar a arrecadação, o gerenciamento e a aplicação dos recursos recolhidos através da contribuição para o Fundo de Transporte e Habitação-FETHAB, criado pela Lei nº 7.263, de 27.03.2000, para funcionamento pelo prazo de 12 (doze) meses, renovável por igual período, se necessário.

#### JUSTIFICATIVA

A criação do Fundo de Transporte e Habitação-FETHAB, através da Lei nº 7.263, de 27.03.00, deverá gerar uma Receita oriunda da contribuição devida, de aproximadamente R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) por ano, para aplicação nas finalidades estabelecidas no referido estatuto legal.

Cabe a este Poder Legislativo, em virtude de disposição constitucional, exercer a sua atribuição de fiscalizar e controlar os atos praticados pelo Poder Executivo, inclusos os da Administração Indireta.

Em face dessa prerrogativa constitucional, cumpre-nos, portanto, requerer a constituição de uma Comissão Especial para acompanhar o gerenciamento e aplicação dos recursos financeiros recolhidos e, dessa forma, contribuir, na medida do possível, para que os valores arrecadados venham a ser revertidos em benefício da sociedade, propósito maior da lei em comento.

Para tanto, conclamo nossos nobres Pares a acolherem e aprovarem a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de abril de 2000.

Deputado NICO BARACAT - PMDB

Deputado SILVAL BARBOSA - PMDB

Deputado JOAQUIM SUCENA - PFL

Deputado MOACIR PIRES - PFL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00  
HORAS.

---

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT  
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Sr. Presidente, este Requerimento está rubricado pelos Deputados Silval Barbosa, Zé Carlos do Pátio, Joaquim Sucena e Moacir Pires, e eu convido todos os Srs. Deputados a assinarem - Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Gilney Viana, Deputado Rene Barbour, Deputado Humberto Bosaipo, enfim, todos os Deputados -, para que a Assembléia Legislativa possa acompanhar a arrecadação e aplicação dos recursos do Fundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu ainda quero na noite de hoje trazer uma denúncia muito séria quanto ao IBAMA, no que diz respeito ao trato do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. O IBAMA, não sei por quê, nem por onde, tem feito algumas *blitzes*, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e tem cobrado algumas taxas em alguns locais do Parque Nacional. Eu irei a fundo nessa questão, porque não sei se isso é legal ou se é ilegal, mas o IBAMA está fazendo barreiras e cobrando taxa de quem visita o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. O IBAMA não desapropriou os posseiros que lá estavam e está proibindo de se reformar as hospedarias, os restaurantes e os bares que prestam serviços ao turista que vai ao Município de Chapada dos Guimarães - é o maior absurdo! Esta é uma denúncia muito séria.

Nós teremos uma outra data... Inclusive, com um nome que as pessoas estão denunciando, uma Diretora do Parque, Sr<sup>a</sup> Lucenir Rodrigues Severino, que é quem mais perturba os restaurantes. Nós traremos isso, vamos nos aprofundar, e traremos ao conhecimento do Parlamento do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, amanhã nós traremos, com a aquiescência de V. Ex<sup>a</sup>, uma denúncia muito séria a respeito de um município do Estado de Mato Grosso, onde ocorre corrupção ativa em todos os setores - nós traremos o assunto com mais detalhes e mais documentações na Sessão de amanhã. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada, Srs. Deputados, para apresentar algumas proposições:

1<sup>a</sup>) PROJETO DE LEI:

**Isenta todas as empresas ou autarquias  
do Poder Público Municipal de  
Saneamento da carga tributária do ICMS  
incidente sobre a energia elétrica e dá  
outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 45 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam isentas de carga tributária do ICMS-Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação incidente sobre a energia elétrica todas as empresas ou autarquias públicas municipais de saneamento de água e esgoto.

**Parágrafo único** Entende-se por empresas ou autarquias as do Poder Público Municipal que assumiram a produção e distribuição dos serviços de água e esgotamento sanitário.

**Art. 2º** Somente serão beneficiadas por esta isenção as empresas ou autarquias que determinarem a redução do custo de serviço prestado ao consumidor e que aumentarem a qualidade do

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

serviço de saneamento.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

As empresas e autarquias públicas municipais que prestam serviços de água e esgotamento sanitário, que necessitam desenvolver uma política de bom atendimento, melhoria e expansão dos serviços, encontram barreiras para este desenvolvimento devido à majoração da alíquota do ICMS, chegando hoje a incidir em mais de 42% sobre o custo mensal de energia elétrica. Isso impede que as empresas dessa natureza continuem oferecendo a mesma qualidade de serviço e, conseqüentemente, penaliza na ponta da linha a população mais carente e mais necessitada.

E o argumento do caráter imparcial da cobrança de tal tributo cai de uma vez por todas ao se constatar que as empresas ou autarquias públicas não obtêm os créditos gerados pelo pagamento do ICMS junto à SEFAZ-MT, que é negociado nos outros Estados brasileiros pela maioria absoluta das empresas tributadas. Entendemos que o Estado, assim como os municípios, tem por obrigação maior e prioritária zelar pelo bem público, promovendo justiça e bem-estar social.

Então, o presente Projeto vem como uma forma mais clara pela busca desta justiça.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de abril de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

Este Projeto de Lei, Srs. Deputados, visa a diminuir o custo da energia elétrica de quem opera a água, o esgoto, o saneamento de água dos municípios, o DAE. Eu vou dar um exemplo, Srs. Deputados: Várzea Grande paga R\$140.000,00 de energia elétrica e R\$60.000,00 vão para o ICMS da energia elétrica. De R\$140.000,00, R\$60.000,00 correspondem ao ICMS. Este Projeto visa, também, fazer com que o Prefeito invista em diminuição de preço ao consumidor. Não é para o Prefeito simplesmente economizar os R\$60.000,00 do ICMS que ele deveria pagar ao Estado, mas diminuir na conta de água do contribuinte. Então, eu peço o apoio dos nobres Parlamentares ao Projeto, e que peçam ao Governador que o sancione - quando o Projeto estiver em tramitação eu gostaria de defendê-lo melhor aqui.

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a reforma e cobertura da quadra esportiva da Escola Estadual Arnaldo Estevão de Figueiredo, no Município de Jangada.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de adotar providências para a reforma e cobertura de quadra esportiva da Escola Estadual Arnaldo Estevão de Figueiredo, no Município de Jangada.

**JUSTIFICATIVA**

A Escola Estadual Arnaldo Estevão de Figueiredo atende mais de 950 alunos, entre os da zona urbana e rural, sendo a maior escola do Município de Jangada.

A reforma e cobertura dessa quadra esportiva é um dos grandes anseios da população, haja vista que o município é carente em lazer, o que afeta diretamente as crianças e os jovens que buscam a integração através do esporte.

Esta quadra devidamente reformada e com cobertura servirá, também, para a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

realização de outros eventos, proporcionando à população maiores oportunidades de entretenimento.

Os responsáveis em gerir administrativamente Mato Grosso devem ter preocupação com a formação dos futuros cidadãos, oferecendo condições de se socializarem e melhor se relacionarem na sociedade em que vivem, com certeza serão homens capazes de se sensibilizarem com os problemas que afetam o seu meio.

A população de Jangada aguarda ansiosa o atendimento a esta reivindicação, que trará grande alegria principalmente aos jovens daquele município.

Frente ao exposto, solicitamos a unanimidade dos nobres Pares desta Casa na aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de abril de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

Eu gostaria de dizer que ficamos felizes ao ver que o Governo ouviu as conclamações, as reclamações do povo mato-grossense na questão da energia elétrica. Eu acho que ficou de bom tamanho, que ficou excelente para a classe que é a mais sofrida do Estado. Agora, como o Governo pode ir ao Estado de São Paulo, ao Estado do Rio de Janeiro, convidar novas indústrias para vir ao Estado de Mato Grosso, cobrando um ICMS de 30% sobre energia elétrica, o que acarreta 42% de ICMS? Não há empresa que queira investir no Estado de Mato Grosso, seria um absurdo mentir para o povo paulista e para os cariocas também.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, isso que eu quero mostrar para os meus colegas Deputados já é uma prática aqui, são 15.250 assinaturas que chegaram de um vereador lá de Diamantino, Vereador Aléssio Guapiaçu... E quero colocar que chegaram três mil assinaturas de Primavera do Leste, duas mil de Colíder, e está pipocando do Estado todo, Deputada Serys Shlessarenko. Eu quero ler a carta dele, Sr. Presidente, e gostaria que V. Ex<sup>a</sup> garantisse o meu direito de ler a carta:

“O Vereador Aléssio Guapiaçu vem à presença de V. Ex<sup>a</sup> parabenizar-lhe pelo Projeto de Lei de iniciativa popular que vem ao encontro dos anseios de toda a população mato-grossense.

Sou totalmente desfavorável à Lei nº 7.098, que há muito tempo vem penalizando o contribuinte, através de uma fórmula estranha, chamada cálculo por fora, ou seja, uma verdadeira reinvenção da matemática. Na verdade, deveria se denominar cálculo da roubalheira, ou mesmo, cálculo do desrespeito, pois, para se obter o ICMS que incide nas alíquotas de energia elétrica e telecomunicações, utiliza-se um cálculo pirotécnico, absurdo, tornando o Estado de Mato Grosso um Estado onde se paga o maior ICMS do Brasil, constituindo-se uma vergonha nacional.

O povo diamantinense e, oxalá, o povo mato-grossense querem pagar ICMS, porém, quer pagar o valor justo, sem ser sacrificado com a cobrança de 42,87%, cobrança essa que penaliza de forma gritante os mato-grossenses que consomem acima de 150kW.

A população diamantinense apóia a revogação da Lei nº 7.098, ao mesmo tempo em que assina o abaixo-assinado, de acordo com o que preconiza o artigo 8º da Constituição Estadual e o artigo 14 da Constituição Federal. Inúmeras foram as vezes em que me pronunciei na tribuna da Câmara Municipal de Diamantino condenando essa cobrança injusta de ICMS, que fere de forma absurda o cidadão mato-grossense.

Deputado, a bem da verdade, não o conheço pessoalmente, todavia passei a admirá-lo através de sua luta em favor da sociedade mato-grossense para reduzir o ICMS em Mato Grosso...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - "...o que sempre foi o meu objetivo. Vez que..."  
Eu queria só terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo mais um minuto a V.Ex<sup>a</sup>.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - "...não podemos admitir que o ICMS sobre a energia elétrica e telefonia seja bem superior ao ICMS que incide sobre bebidas alcólicas, cigarros e armas de fogo.

O povo anda cabisbaixo com as ações deste Governo, que prefere ser o campeão nacional de cobrança de ICMS e não tem coragem de enfrentar de frente os problemas que nos afligem. De que adianta anunciar que em Mato Grosso tem sobra de energia elétrica, se esse mesmo povo paga absurdamente o maior ICMS de energia elétrica do País.

Nobre Deputado, abracei a idéia de revogação da Lei..." - eu não conheço o Vereador, mas ele fez uma ação política - "... pelos seguintes motivos: eu entendo que a Lei nº 7.098 é ilegal e inconstitucional, pois deveria ser uma lei complementar e foi aprovada como uma lei ordinária; fere os princípios da anterioridade e da anualidade; e acima de tudo a Lei nº 7.098 fere o princípio do respeito popular, pois cobrar 42,87% é um verdadeiro desrespeito ao povo mato-grossense..."

Sr. Presidente, só para eu ler mais um parágrafo, onde ele fala do número de assinaturas.

"...Devo informá-lo que eu já vinha mobilizando o povo diamantinense, questionando esta causa justa, contra os 42,87% de ICMS sobre energia elétrica e telecomunicação.

Como iniciei esse procedimento bem antes do seu Projeto de Lei de iniciativa popular, aproveite o ensejo e passo às suas mãos 12.540 assinaturas de repúdio à Lei nº 7.098. Portanto, fortalece de igual forma a revogação da referida Lei.

Mobilizei toda a sociedade organizada de Diamantino que prontamente atendeu nosso chamamento. Para tanto, passo às suas mãos 2.559 assinaturas a mais, lembrando a V. Ex<sup>a</sup> que, embora eu tenha sido o grande elo de ligação com o povo, devo reconhecer que estendi a idéia a todos os Vereadores que ajudaram, na medida de suas possibilidades ..." - isso foi de toda a Câmara de lá - "... e a cada um agradeço, dizendo o meu melhor muito obrigado."

Sr. Presidente, para terminar isso aqui, do Vereador Aléssio Guapiaçu, é um trabalho de cidadania, de civismo, e o mesmo está acontecendo em todo o Estado de Mato Grosso - cartas e abaixo-assinados estão chegando de todo o Estado, cumprindo o dever de cidadania, pedindo para revogar a Lei nº 7.098 e abaixar o imposto. Muito obrigado, Diamantino. Muito obrigado, Vereador Aléssio Guapiaçu, porque realmente o povo mato-grossense está mostrando que é um povo que está aí querendo participar da vida pública, exigindo menos impostos e uma vida mais digna. Muito obrigado.

O Sr. Rene Barbour - Solicito a palavra, pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que nós estamos no Pequeno Expediente, se V. Ex<sup>a</sup> quiser solicitar a palavra, pela Ordem...

O Sr. Rene Barbour - Como Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Se V. Ex<sup>a</sup> quiser solicitar a palavra, pela Ordem...

O Sr. Rene Barbour - Então, solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Só para dizer ao Deputado Zé Carlos do Pátio que perderam-se muitos papéis aí, porque o Vereador Guapiaçu - Guapiaçu é a cidade de onde ele veio, lá

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

do interior de São Paulo - esteve comigo no gabinete, onde eu dei uma entrevista agora, ao vivo lá para Diamantino, para a Rádio em que ele é locutor, e depois ele fez um vasto elogio ao Governador por ter concedido esse abatimento no ICMS.

Então, o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Zé Carlos do Pátio, foi desfeito pelo próprio Vereador Guapiaçu, comunicando e elogiando o Governo lá na rádio de Diamantino.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo a palavra, pela Ordem, a V.Ex<sup>a</sup>, mas gostaria que V. Ex<sup>a</sup> compreendesse que no Pequeno Expediente ainda temos cinco oradores inscritos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu não vou entrar na discussão do Deputado Rene Barbour, até porque eu não posso baixar o nível para discutir com ele.

Eu quero apresentar o Vereador Aléssio Guapiaçu, que está ali, eu o conheci hoje. Não é nada de política, não! Eu o conheci hoje, acabei de conhecê-lo agora mesmo, há dez minutos.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada, Srs. Deputados, primeiramente, para dizer que com muita honra eu participo da Comissão Permanente dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, presidida pelo eminente Deputado Gilney Viana. Quero cumprimentá-lo pela ponderação, por saber se articular e por estar tanto em Cáceres como em Rondonópolis, onde realizamos um trabalho efetivamente muito positivo para a sociedade de Mato Grosso, não só para as duas cidades, mas para o Estado de Mato Grosso. Com certeza, outras visitas virão, e depois, com esse relatório que será elaborado por esta Comissão, tenho certeza de que vai haver uma repercussão positiva, principalmente nos meios governamentais, que têm que realmente sentir que a Segurança no Estado de Mato Grosso precisa melhorar.

Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o nobre Deputado Nico Baracat por ter a preocupação de a Assembléia Legislativa participar de uma Comissão que vai acompanhar os trabalhos do DVOP quanto aos investimentos do Fundo Rodoviário e de Habitação. Com certeza, tenho sido questionado pela categoria dos pecuaristas, principalmente os pecuaristas do Sul do Estado, e eu disse a eles várias vezes que votei favorável à criação do Fundo.

Eu acho que o Governo tem, realmente, que rever algumas posições, como por exemplo o óleo diesel, o petróleo, e já estou sabendo que a equipe econômica do Estado de Mato Grosso está tomando posição para algumas mudanças no Fundo Rodoviário e de Habitação, segundo me confirmou aqui o Vice-Governador, Sr. Rogério Salles, que está presente, nos visitando na ante-sala do plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Portanto, eu gostaria de participar da Comissão, Sr. Presidente, até porque defendi, votei favorável, e eu quero cobrar do Governo uma ação muito forte em favor da aplicação desses recursos nas principais rodovias do Estado e, principalmente, nos principais pólos de desenvolvimento da agricultura e da pecuária do nosso Estado. As estradas realmente precisam ser encaradas com a máxima rapidez, para que possamos ter rodovias à altura do crescimento, do progresso do nosso Estado.

Outra notícia alvissareira é esta... Parabéns ao Vereador, parabéns àqueles que estão assinando, colocando sua assinatura em favor daquilo que todos nós questionamos, inclusive aqueles que votaram a favor do Governo do Estado, para que haja uma melhoria, principalmente para a massa trabalhadora, para aquele que ganha um salário mínimo. Eu defendo e vou defender aqui - e acho que o Governo avança na questão do ICMS -, se houver um Projeto de outra natureza, que baixe ainda mais

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

os impostos, eu já disse ao Líder do Governo e aos Deputados que dão sustentação ao Governo, como eu tenho dado, que nós devemos, eu particularmente votarei a favor, mas o que eu estou sabendo, e não participei da reunião, é que realmente o Governo olha para o trabalhador que ganha R\$151,00, esse salário miserável que o Brasil vai começar a pagar, e tomara que aumente...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - ...Portanto, já há um avanço com a isenção para quem consome até 100kW - eu acho que é uma das maiores isenções do Brasil, só empata com o Estado do Pará -, de 101kW a 150kW, 10%; de 151kW a 250kW, 17%; de 250kW a 500kW, 25%, e acima disso, 30%. Eu espero que realmente essa Lei permaneça durante os próximos três, quatro, dez, quinze anos, e quem sabe, lá no futuro, possamos ainda ter mais ganhos, baixando ainda mais o ICMS da energia elétrica aqui no Estado de Mato Grosso.

Nós estamos vendo que a Assembléia Legislativa, não só a Oposição, tem seu papel de fundamental importância, mas a Bancada que tem votado com o Governo, realmente, nessa união de esforços, acaba ganhando quem mais precisa ganhar, que é o trabalhador, o assalariado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vejo aqui a Bancada do Governo toda animada, não é, Deputado Nilson Leitão? E o Governo sinalizou que vai dar um reajuste para menor na questão do ICMS da energia elétrica e do telefone. É um mérito da Bancada do Governo essa conquista, mas eu quero também parabenizar a ação da Bancada de Oposição, dos movimentos populares, assim como o Vereador que nos honra com sua visita, Vereador de Diamantino - quero parabenizar a todos!

E também mais uma conquista, eu creio, da posição que teve a Bancada de Oposição é com relação a esse Fundo, porque o Governo já sinalizou que reconhece que é inconstitucional a questão, principalmente do óleo diesel. Quero também dizer que espero que vocês venham aqui e tenham esse mérito que o Governo vai abaixar.

E quero dizer à Bancada do Governo, se possível for, que faça uma visita à revendedora de veículos Ariel, que ela está vendendo carro zero-quilômetro, trazendo de São Paulo carros emplacados. Está lá... Eu tive a oportunidade de visitar, no sábado, e hoje estão lá ainda, em exposição na Ariel, carros emplacados! Quem sabe o Governo também ache uma forma de rever o IPVA. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que prestigiam esta Sessão.

Obviamente, também vamos falar da iniciativa desta Casa e de vários segmentos da sociedade em pedir ao Governo do Estado, em solicitar que fosse revista essa questão do ICMS em relação à energia elétrica. Este tema dominou, domina e vai continuar dominando a pauta política por muito tempo, por muitos Governos. Pagar imposto nunca é agradável para ninguém, todavia, sem ele Governo nenhum, de Partido nenhum, em momento nenhum consegue desincumbir-se da sua missão de governar. Portanto, pagar imposto é imperativo, é uma necessidade. O grande dilema é buscar o equilíbrio de justiça entre o que se paga e o que se tem como retorno, como benefício social.

Eu tive oportunidade de participar dessa discussão ao lado dos companheiros Deputados que dão sustentação ao Governo, ao lado de companheiros que compõem a chamada

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

Bancada de Oposição, que devem ser oposição ao Governo, mas nunca oposição ao Estado, e nós entendemos que o que chega aqui hoje é uma somatória de todos esses esforços.

Portanto, ao Governador Dante de Oliveira ter a grandeza de refluir numa legislação vigente, ele demonstrou que entendeu um apelo no sentido de que se pudesse rever essas alíquotas do ICMS da energia elétrica, fazendo com que quase 80% das residências mato-grossenses estejam hoje inseridas no contexto de 0 a 17%, Deputado Hermínio J. Barreto, de alíquota de ICMS de energia elétrica. É um avanço muito significativo, prevalecendo a alíquota de 30% acima de 500kW/mês.

É, sim, uma grande conquista de toda a sociedade mato-grossense. E os méritos cada qual os terá, sem nenhuma necessidade de briga por paternidade disso ou daquilo. Primeiro, o mérito de consciência, de quem sabe que participou dessa luta com grandeza e com espírito cívico verdadeiro. Segundo, o povo não é bobo, sabe avaliar, sabe como avaliar os dois lados. Portanto, a história se encarrega desse procedimento.

De outro lado, Deputado Hermínio J. Barreto, vi a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> em relação à FETHAB, mas também não procede a idéia de que a Bancada do Governo esteja ou não esteja também atenta e preocupada com essa questão, estamos sim e também o Governo. E mais uma vez - o Deputado Silval Barbosa acabou de dizer - o Governo viu que em relação à questão do óleo diesel especificamente caberia uma necessária revisão por questões legais.

Hoje, eu tive a oportunidade de me reunir com os sindicatos da categoria dos combustíveis: SINDPEP, SINDEMAT, COOPERÁLCOOL, mais a FAMATO; e eu tive a oportunidade de ouvi-los...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. CARLOS BRITO - ...V. Ex<sup>a</sup> me concede mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais um minuto.

O SR. CARLOS BRITO - ...e de falar, inclusive eu disse que a atuação política de um político de Oposição dá-se por um modelo de ação, e a atuação política de um político que dá sustentação ao Governo, seja ele qual for, é de uma outra forma, mas as duas sempre devem caminhar no sentido de buscar o melhor para a população, cada qual no seu papel. Portanto, é válida a atuação da Oposição quando feita de forma construtiva, e da mesma forma a Bancada de Sustentação ao Governo, a qualquer Governo, deve agir com autonomia de propósitos.

Deputado Hermínio J. Barreto, para não me estender mais, eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, com relação à questão do gado - o Deputado Wilmar Peres teve, também, a oportunidade de colocar isso ao Governador -, que a FAMATO entende que a cobrança sobre a rês transportada, da contribuição da FETHAB, deveria ser sobre a rês efetivamente comercializada. Hoje, na reunião com o Governador e com o Secretário de Fazenda, ficou claro que, efetivamente, a contribuição é para ser paga em cima da rês comercializada, e se estiver sendo feito um procedimento diferente, será imediatamente corrigido e ressarcido aquele que, eventualmente, tenha tido qualquer prejuízo.

Eu me disponho a falar mais sobre a questão num momento mais oportuno e com mais espaço de tempo. Eu peço desculpas ao Deputado Hermínio J. Barreto por não poder...

O Sr. Hermínio J. Barreto - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, o meu nome foi colocado pelo eminente Presidente Riva na CPI do DETRAN, e essa Comissão ainda não foi efetivada, então, eu gostaria de solicitar, até por uma questão de tempo, de excesso de afazeres, de público, a retirada do nosso nome da CPI do DETRAN. Muito obrigado.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Quero comunicar que o nome de V.Ex<sup>a</sup> já consta na Ata, mas defiro o seu pedido, porque, com certeza, V. Ex<sup>a</sup> tem os seus motivos para se retirar da CPI.

Solicito ao Bloco Parlamentar Socialista que indique outro nome para substituir o nome do Deputado Hermínio J. Barreto.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Na condição de Líder do Bloco Socialista, e tendo em vista a renúncia do Deputado Hermínio J. Barreto da CPI do DETRAN, eu informo que este Bloco ainda irá se reunir para apresentar um substituto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Joaquim Sucena, que dispõe de dois minutos.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, eu serei breve, e até gostaria de um tempo maior... Eu gostaria de tecer, neste parco espaço de tempo, alguns comentários, inicialmente quanto à Moção de Pesar que apresentamos pela morte do Jornalista James Fabiano, pessoa que durante muitos anos conviveu aqui conosco nesta Casa - eu tive a honra de ser seu amigo pessoal, de conhecê-lo perfeitamente -, e neste momento as nossas homenagens finais, através desta Moção de Pesar que endereçamos à Mesa .

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui alguns comentários, num rápido momento, principalmente com relação à CPI do DETRAN. Estando nomeado como Presidente desta Comissão, tendo em vista ser de nossa autoria a propositura, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, considerando a renúncia do nobre Deputado Hermínio J. Barreto, providenciasse, com a maior agilidade possível, a substituição, para que não tenhamos o descrédito da população mato-grossense pelo atraso na instalação da CPI do DETRAN. Amanhã, nós vamos ter o atual Presidente do DETRAN aqui convocado pela Mesa Diretora, através do seu Presidente, o Deputado Riva, e até agora nós não conseguimos instalar a CPI do DETRAN, seja por renúncias freqüentes, seja por dificuldades de ordem burocrática.

Eu espero que esta CPI venha a ser instalada ainda dentro do espaço de tempo. Sei que já terminamos o período do Pequeno Expediente, mas eu quero aqui deixar a nossa preocupação e, acima de tudo, solicitar da Mesa a maior presteza na solução desse problema, que é a substituição do Deputado Hermínio J. Barreto para a composição da CPI do DETRAN.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

1<sup>a</sup>) INDICAÇÃO: “Indica ao Exm<sup>o</sup> Sr. Governador, extensivo ao Presidente da Tele Centro Sul, a necessidade da manutenção do Escritório da TELEMAT na cidade de Paranaíta.

Com fulcro no Art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exm<sup>o</sup> Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, extensivo ao Presidente da Tele Centro Sul, afirmando a necessidade da manutenção do Escritório da TELEMAT na cidade de Paranaíta.

### JUSTIFICATIVA

A Câmara de Vereadores de Paranaíta, através dos seus membros, vem manifestando a preocupação da sociedade local no tocante à manutenção do escritório da TELEMAT naquele Município.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

O Escritório em questão é de fundamental importância para a população local que, dessa forma, evita ter que se deslocar para outro pólo para resolver seus problemas junto à operadora, o que com certeza trará grandes transtornos e prejuízos a todos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de abril de 2000.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador, extensivo ao Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade da urgente pavimentação da MT-170.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, extensivo ao Diretor-Presidente do DVOP, afirmando a necessidade da urgente pavimentação da MT-170.

**JUSTIFICATIVA**

A população e lideranças políticas de Brasnorte vêm reivindicando dos seus representantes maior empenho junto ao Governo do Estado com vistas à pavimentação asfáltica da MT-170.

A MT-170 é uma rodovia de extrema importância para Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Cotriguaçu, Juruena, Castanheira e Juara e toda aquela imensa região produtora que depende exclusivamente dessa estrada para o escoamento da sua produção e o acesso dos seus habitantes às demais regiões do Estado e do País.

A Câmara local, através dos Vereadores Roberto Marcelo, Presidente, Adão V.L. Passamani e Ivo L. Camillo, nos recorda que o Governador Dante de Oliveira, em sua estada em Juína, comprometeu-se publicamente com essa obra de fundamental importância para a redenção econômica.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de abril de 2000.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

Também sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Wilmar Peres:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador, extensivo ao Diretor-Presidente do DETRAN/MT, a necessidade de isenção do pagamento do IPVA aos mototáxis de Mato Grosso.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, extensivo ao Diretor-Presidente do DETRAN/MT, afirmando a necessidade de isenção do pagamento do IPVA aos mototáxis de Mato Grosso.

**JUSTIFICATIVA**

Os mototaxistas são uma categoria profissional que presta inestimáveis serviços à população, principalmente às camadas menos favorecidas economicamente.

Em Barra do Garças, o SINDIMOTOBAG-Sindicato dos Mototaxistas de Barra do Garças e Região estabeleceu o valor de R\$1,00 para qualquer deslocamento dentro do aglomerado urbano que reúne Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças-GO. Esse sistema de transporte já incorporou-se plenamente ao cotidiano da cidade e supre excelentemente as lacunas do sistema de transporte tradicional.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

Ocorre que esses profissionais, pela natureza do seu trabalho, não têm o direito de se aposentar e não têm acesso a compras financiadas ante tantos obstáculos.

Assim sendo, por uma questão de justiça, faz-se necessária a isenção do IPVA dos mototaxistas, medida de baixíssimo impacto na arrecadação do imposto e de imensurável benefício para os mototaxistas de Mato Grosso.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de abril de 2000.

Deputado WILMAR PERES - PPS”

Nos termos do Art. 206 do Regimento Interno, passemos à Ordem do Dia.

Quero comunicar aos nobres Deputados que amanhã estaremos recebendo aqui o Diretor-Presidente do DETRAN, o Sr. Amauri, que foi convocado por Requerimento, de autoria do Deputado Riva, de acordo com o Artigo 500 do Regimento Interno: “Estabelecida a data da audiência, a Mesa a comunicará ao Plenário, e anunciará a abertura de inscrições para os quesitos que irão constituir o temário das interpelações.

§ 1º A inscrição dos quesitos, feita no processo respectivo, permanecerá aberta até o término do Pequeno Expediente da sessão do dia da audiência, e obedecerá, rigorosamente, à ordem de sua apresentação à Mesa, ou, fora das sessões, à Secretaria da Casa.”

Portanto, informamos aos Srs. Deputados que as inscrições serão feitas até o final do Pequeno Expediente.

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, para uma Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu não tenho certeza de que o Diretor-Presidente do DETRAN vai estar aqui, porque eu estive com ele hoje, lá no Palácio, e parece-me que ele encaminhou uma correspondência ao Presidente da Casa... Eu acho que V. Exª deveria se certificar-se da presença dele aqui para atender essa convocação. Obviamente, o Deputado Riva deve ser consultado, e antes que V. Exª possa encerrar esta Sessão, é preciso informar ao douto plenário, porque não está na pauta ele vir aqui amanhã, segundo ele disse à Bancada do Governo lá, por “n” motivos - ele me comunicou, parece-me, o Presidente.

Outro aspecto, Sr. Presidente, o Deputado Joaquim Sucena levantou aqui a questão da CPI do DETRAN e cobrou da Mesa uma providência na substituição, mas não é a Mesa que substitui membro de CPI, são as Bancadas e os Blocos. Da minha parte, do Bloco Popular Socialista, nós ainda vamos nos reunir depois da Semana Santa, é bom que se diga, para decidirmos, até porque nós estamos esperando o retorno do Deputado Jair Mariano para o Bloco - e ele deve retornar da sua licença agora -, e nós só vamos indicar o substituto do Deputado Hermínio J. Barreto após a Semana Santa. Vamos discutir isso no Bloco ainda. Então, essa indicação não é da Mesa, essa indicação pertence aos Partidos e aos Blocos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Defiro o pedido de V. Exª, e vou aguardar até que V. Exª faça a indicação.

O Sr. Moacir Pires - Sr. Presidente, para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao Deputado Humberto Bosaipo, se puder, para apressar o máximo possível a indicação desse Deputado, porque isso pode desmoralizar o Deputado Joaquim Sucena, que pediu a criação dessa CPI. A população tem

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

cobrado, Deputado, e nós estamos recebendo denúncias todos os dias, que vêm do DETRAN, de pessoas que estão abusando daquele poder. Não tem nada contra o Diretor-Presidente do DETRAN, mas as pessoas que lá trabalham, precisam urgente, Sr. Deputado, que se tome uma providência.

O DETRAN, em 1996, arrecadou 13 milhões; em 1997, foi para 18 milhões; de 1998 para 1999, Sr. Deputado, o DETRAN aumentou, quer dizer, 11% somente, e teve um aumento de 100% em cima da arrecadação do DETRAN, do IPVA do DETRAN. Portanto, é de grande valia e urgente que se crie essa CPI, Deputado Joaquim Sucena. Eu tenho os números de quanto o DETRAN arrecadou desde 1996 até 1999, e o que está acontecendo lá é um absurdo com o dinheiro público. Algumas pessoas estão dividindo o pagamento do IPVA em três parcelas, e só estão recebendo uma parcela, as outras duas estão embolsando. Isso é verídico, e muito sério! O Governador precisa ficar sabendo disso, Sr. Líder do Governo, leve isso ao Governador - algumas pessoas estão denegrindo a imagem do Governo, como é o caso das “placas frias”.

Hoje, Deputado Joaquim Sucena, em Brasília, se descobriu o mesmo que aconteceu em Mato Grosso: carros roubados vindos da Argentina, da Bolívia, sendo emplacados com “chassis frios”. Aqui em Cuiabá, aqui em Mato Grosso, nós sabemos de dezessete veículos na mesma condição. Inclusive a pessoa responsável é um candidato a Vereador, e foi quem pediu a exoneração, e não foi nem exonerado do cargo - essa pessoa precisava sair algemado de dentro do DETRAN, e é candidato a Vereador. E a Polícia Federal já foi avisada sobre isso, Deputado Humberto Bosaipo. Então, as coisas que estão acontecendo dentro do DETRAN são muito sérias para nós estarmos esperando essa CPI que não sai do lugar.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu fui citado nominalmente pelo ilustre Deputado Moacir Pires e concordo com ele. Eu acho que a CPI do DETRAN, a do INCRA, de qualquer órgão tem que ser... Eu mesmo requeri uma CPI do DETRAN no Governo passado. No que pese nós defendermos a bandeira do Governo, o Governo tem que ser transparente, tem que mostrar as contas, tem que mostrar tudo - eu sou favorável a essas questões.

Agora, Deputado, o Bloco Popular Socialista tem dois membros nessa Comissão, o Deputado Hermínio J. Barreto e o Deputado Romoaldo Júnior. Eu não posso tomar decisões sem ouvir o meu Bloco. Obviamente, atendendo o apelo de V. Ex<sup>a</sup>, vou conversar com todos eles, no sentido de que isso possa ocorrer, mas antes da Semana Santa eu já vou avisando que é impossível, até porque o Deputado Romoaldo Júnior vai viajar para Alta Floresta, o Deputado Jair Mariano não retorna antes da Semana Santa, e pediu para participar de todas as decisões. E tem mais, nós estamos muito ocupados agora, com a vinda do Ciro Gomes no próximo sábado, para a qual V. Ex<sup>a</sup> é convidado a participar - inclusive vou estender o convite aos Deputados, para um jantar em que o Ciro Gomes vai estar presente, talvez na minha residência, no próximo sábado. Se os Deputados quiserem participar nós estamos fazendo esse convite.

De forma que essa questão do DETRAN, assim como a questão de qualquer órgão público, eu sou favorável que seja mostrada. Eu mesmo pedi a CPI do DETRAN aqui - o Deputado Carlão Nascimento está aqui na ante-sala -, e essa CPI foi responsável, inclusive, pela demissão de vários “chefetes” do DETRAN no interior. Em relação aos carros que V. Ex<sup>a</sup> falou, de um suposto candidato a Vereador, nós temos denúncia muito mais grave na CPI do Narcotráfico. Não posso falar o nome, até por uma questão ética, a minha Presidente não permitiria, mas há vereadores, inclusive, de cidades muito grandes e muito próximas da base de V. Ex<sup>a</sup>, envolvidos com roubo de carro, roubo de trator, e se a CPI decidir, vai ter que ser chamado aqui - e tenho a impressão de que vai dar um dissabor

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

muito grande para muita gente, porque é pessoa extremamente conhecida, são pessoas conhecidas, que detêm mandato de Vereador. Se formos abrir essa caixa-preta... É necessário abrir, mas com certeza muita gente, inclusive do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, também estará aqui para prestar esclarecimento. Eu vou até adiantar a V. Ex<sup>a</sup> que é da cidade de Várzea Grande, vou até adiantar a V. Ex<sup>a</sup>...

Então, está feito o aviso, porque se for instalada essa CPI, eu vou querer que seja completa, da cidade de Rondonópolis, da cidade de Sinop, a história não é brincadeira, não. Então, eu, graças a Deus, já denunciei... Inclusive, agora, eu denunciei que um delegado seqüestrou um carro de um Vereador de Nobres, fiz a denúncia lá para o Secretário de Segurança, e estou esperando a resposta dele. Não é porque eu sou do Governo que vou ficar acobertando bandalheira de quem quer que seja...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem,

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Só um minuto, eu estou falando.

Então, eu só espero que se nós formos a fundo em CPIs, Sr. Presidente, eu estou aqui com seis CPIs para serem instaladas! Agora, pela experiência que tenho neste Parlamento, o que é que acontece com CPI? Nós fizemos aqui a CPI da Secretaria de Fazenda, principalmente contra o Governo... Quem é que ficou desmoralizado nas CPIs todas que foram instaladas aqui? Exatamente os membros da CPI, porque a imprensa não dá a devida cobertura na hora em que nós mais precisamos! E ficamos nós aí... Como é que eles chamam? “CPI da pizza”? CPI de não sei o quê? CPI...

Então, eu fiz um juramento aqui que nunca mais participaria de CPI. Participei aqui de todos os tipos de CPI, mas fiz um juramento de não mais participar - participei da CPI do BEMAT, participei daquela da gleba não sei o quê, participei de CPI da Secretaria de Fazenda, participei de todas! Estou nessa Comissão do Narcotráfico, por exigência da Deputada Serys Silhessarenko, porque ela quer contar com o apoio logístico, principalmente do 1º Secretário. Ela me convocou, e eu acho que é um trabalho extremamente importante, porque isso é em nível nacional.

Então, era isso que eu queria falar a V. Ex<sup>a</sup>, e acabo de receber aqui, por telefone celular - no celular do Deputado Nilson Leitão -, um aviso do Sr. Presidente, de que recebeu um relatório do Diretor-Presidente do DETRAN, Sr. Amauri, dizendo da sua viagem amanhã e da impossibilidade de vir aqui, por isso que eu alertei V. Ex<sup>a</sup>. Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que confirme essa notícia para que não se tenha aqui uma expectativa frustrada para amanhã - ele não virá aqui, justificou com um documento na Presidência. Muito obrigado.

O Sr. Moacir Pires - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem - meu nome foi citado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - A Presidência vai conceder a palavra, pela Ordem, a V. Ex<sup>a</sup>. Vou verificar, até antes do término desta Sessão, e anunciarei aos nobres Deputados a decisão que tomaremos.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Deputado Humberto Bosaipo, V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa que eu admiro muito, e a cada dia que passa tenho aprendido mais aqui na Assembléia Legislativa. Por estar aprendendo assim, Deputado, é o meu primeiro ano de mandato, é que eu acho que V. Ex<sup>a</sup>, por estar no seu terceiro mandato na Assembléia Legislativa e por ter participado de outras CPIs - V. Ex<sup>a</sup> voltou três vezes já para a Assembléia Legislativa -, que a classe política, hoje, ela tem que ser mais respeitada pela opinião pública, e nós temos que mostrar à sociedade mais transparência.

Eu sou Secretário-Geral do meu Partido, o PFL - e muito me orgulho de estar pertencendo a esse Partido -, sou Líder do PFL aqui na Assembléia Legislativa, e V. Ex<sup>a</sup> citou que tem Vereadores, inclusive da nossa sigla partidária, de cidade grande... Eu acho que é hora de nós políticos mostrarmos que a política tem a “banda podre” e a “banda boa”, e excluir a “banda podre” dessa classe para ficar só a “banda boa”...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

(O SR. 1º SECRETÁRIO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. MOACIR PIRES - ...Pois é, eu acho que se for Vereador do nosso Partido...  
Doa a quem doer, de qualquer sigla partidária!

A CPI está aí para investigar, Deputada Serys Shlessarenko! Eu tenho o maior respeito por V. Ex<sup>a</sup>, sei que V. Ex<sup>a</sup> é uma Deputada atuante, não tem medo de falar a verdade, se for do meu Partido, pode doer, tem que falar e tem que divulgar, para que essa pessoa não possa mais ser candidata e nem representar o povo. Porque o político, hoje, o vereador, o Deputado, ele é o legislador, ele foi eleito para fiscalizar, para dar exemplo, para dar moral à sociedade, para não respingar, como está acontecendo no caso de São Paulo e em toda a classe política do Brasil. Então, eu acho que é hora de levar mais a sério e “dar nome aos bois”, sejam eles do PFL, do PT, do PMDB ou do PSDB.

Eu acho que todos aqui... V. Ex<sup>a</sup>, Deputado, despertou uma grande curiosidade no Deputado Moacir Pires. Gostaria muito que, depois, V. Ex<sup>a</sup> contasse no meu ouvido, que eu mesmo pedirei para encaminhar o pedido de renúncia do mandato desse cidadão e expulsá-lo do nosso Partido. Muito obrigado.

O Sr. Humberto Bosaipo (FORA DO MICROFONE) - Vá lá na CPI que a Deputada Serys Shlessarenko lhe dá o nome!

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero aqui parabenizar meus colegas Deputados pelas colocações, Deputado Pedro Satélite, mas eu quero dizer que nós não podemos impor pré-condições para montar uma CPI. Essa CPI tem que ser montada por si só, se nós impusermos pré-condições para montar uma CPI, não sai nenhuma CPI aqui. Eu acho que é importante, está aí uma denúncia grave que o Deputado Moacir Pires fez, e não há como querer fazer prognósticos, pré-condições. Eu acho que tem que montar e, doa a quem doer, nós temos que buscar a verdade.

O Sr. Joaquim Sucena - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Eu ouvi atentamente as colocações do Deputado Humberto Bosaipo, do Deputado Moacir Pires, e realmente começo a estranhar alguns eventos que estão acontecendo, deixando de acontecer, essa coisa toda. Nós estamos aqui a aguardar uma decisão, principalmente uma decisão que venha esclarecer algumas posições. Já tive oportunidade também de participar em CPIs em tempos outros, inclusive em uma delas, até o nobre Consultor Técnico-Jurídico da Mesa, Dr. Francisco Monteiro fazia parte, uma CPI que foi feita junto ao IPEMAT, e nós chegamos à conclusão que, principalmente, liberta o Estado de algumas mazelas, porque, muitas vezes, só através de uma CPI nós conseguiremos chegar a um denominador comum e àqueles que estão lesando o patrimônio.

Vejo aqui, Sr. Presidente - através da própria comunicação do Deputado Humberto Bosaipo -, que a Assembléia Legislativa tinha marcado para amanhã a convocação feita pelo Deputado Riva, do atual Sr. Diretor-Presidente do DETRAN. A CPI se baseia principalmente naquilo que aconteceu num período anterior, que gerou, inclusive, a demissão do Diretor-Presidente do DETRAN e de seu Diretor Administrativo-Financeiro, porém, o Deputado Humberto Bosaipo diz que amanhã nós não teremos essa convocação atendida, tendo em vista documentos que chegaram até a Mesa Diretora, que inviabilizam a vinda do Sr. Diretor-Presidente do DETRAN, que poderia já estar esclarecendo algumas coisas com relação à CPI.

Essa CPI foi pedida ainda no ano passado, rolou durante todo o ano passado sem que

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

houvesse a possibilidade da sua convocação, com algumas renúncias no meio do caminho, enfim, dificuldades de ordem burocrática que atravessaram, pelo próprio recesso do Parlamento. Tão logo ela estava sendo realmente refeita - os membros que comporiam esta CPI -, já tivemos a primeira dificuldade, porque anteriormente ela foi composta e os membros que compunham a então CPI desistiram da sua participação, o Deputado Hermínio J. Barreto desiste agora, e isso vem postergando a instalação dessa CPI e, realmente, a busca de averiguar fatos ocorridos e mencionados quando da sua solicitação e da sua instalação.

De modo, Sr. Presidente, que eu acho que seria interessante colocarmos bem claras as coisas, para que nós possamos ter, no plenário, condições de raciocinar e, acima de tudo, de poder balizar as nossas ações aqui dentro. Se amanhã nós não vamos ter, por favor a Presidência nos coloque, com toda clareza, que amanhã não teremos aqui o atual Diretor-Presidente do DETRAN. Se realmente isso for acontecer... Amanhã nós teríamos a Sessão praticamente só embasada na presença do Sr. Diretor-Presidente do DETRAN aqui no plenário, talvez já pudéssemos avançar alguns assuntos. E agora, com a sua não vinda e com a renúncia do nobre Deputado Hermínio J. Barreto de ser um dos membros dessa CPI, nós vamos praticamente voltar à estaca zero, se nós ficarmos postergando. Isso nos preocupa, tendo em vista que não somos nós que estamos tentando fazer com que ela seja consolidada, mas, principalmente, para que possamos ter uma noção exata de colocar em funcionamento esta CPI, para darmos à população mato-grossense os esclarecimentos que estão aguardando de todos nós com relação à CPI do DETRAN e aos desmandos que aconteceram nesse órgão do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Quero comunicar a V. Ex<sup>a</sup>, com relação às duas questões, que, em primeiro lugar, em havendo as oito assinaturas que existem, a CPI já tendo sido formalizada, ela apenas aguardará a indicação de mais um membro do Bloco Socialista, e, com certeza, será instalada; em segundo lugar, com relação à vinda do Diretor-Presidente do DETRAN, solicitada através de Requerimento de autoria do Deputado Riva, nós comunicamos a todos os Srs. Deputados que a Mesa Diretora recebeu a justificativa do Diretor-Presidente do DETRAN por não poder vir aqui amanhã. Com certeza, ele será intimado através do Requerimento de autoria do Deputado Riva numa outra oportunidade. Portanto, ele será, com certeza, comunicado novamente e será aqui questionado pelos Srs. Deputados.

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, para fazer três rápidas observações.

A primeira é para dizer que nós da Bancada do PT, eu e a Deputada Serys Shlessarenko, sempre somos favoráveis à instalação de CPI quando o motivo é justo, bem identificado e bem qualificado. No caso do DETRAN, eu acho que está bem qualificada a denúncia - nós vamos relevar e faremos um comentário numa outra oportunidade com relação a isso.

A segunda observação é que temos recebido comunicações das Câmaras de Vereadores, de Sindicatos Rurais - não de trabalhadores rurais, mas de sindicatos de proprietários, sindicatos de fazendeiros -, pedindo, inclusive, que nos pronunciemos contra o Fundo que impôs um novo imposto.

Eu gostaria de dizer que naquela Sessão nós nos cansamos nesta tribuna. Literalmente nós ocupamos esta tribuna por mais de duas horas para alertar o Governo que não votasse precipitadamente aquele Fundo. Esgoelamo-nos aqui, e inclusive falamos para a Liderança do Governo que o Governo estava cometendo um equívoco, porque mudava a base de cálculo de imposto incidente sobre certos produtos - e, inclusive, alertamos sobre um outro equívoco, que é de uma

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.**

---

inconstitucionalidade flagrante, que é uma condicionalidade para estabelecer uma determinada relação do Fisco com uma determinada categoria. Isso é um regime especial, particularmente, de diferimento.

Ou seja, é um Fundo cheio de imprecisões legislativas...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...Agora mesmo, só para terminar, a viúva do Sr. Dorileo, que foi Presidente do Sindicato Rural de Poconé, telefonou-me - eu ainda estava em Rondonópolis - e cobrou, de forma amigável, porque eu tinha e tenho um apreço à memória do Sr. Zelito... Eu gostaria de dizer que ele era um fazendeiro, um grande proprietário, mas tinha uma qualidade, além da sua honradez, a de ser pantaneiro legítimo, com um padrão de ocupação, com exploração do Pantanal com sustentabilidade, exemplo para muitos outros fazendeiros que, eventualmente, não têm a sua cultura pantaneira.

Então, eu faço este registro aqui, Sr. Presidente, para dizer que, independente de ideologias, existe um reclamo geral, em função, em grande parte, da precipitação do Governo, que agora foi obrigado a recuar no caso do óleo diesel e, provavelmente, vai recuar em outros pontos.

Finalmente, eu peço o encaminhamento de V. Ex<sup>a</sup> para que se vote englobadamente as Indicações, sem prejuízo de que eu possa discordar de algumas delas.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em votação o Requerimento oral de autoria do Deputado Gilney Viana. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em discussão todas as Indicações apresentadas na presente Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Solidariedade de autoria do Deputado Riva, endereçada ao Deputado Federal Hélio Costa, pela autoria do Projeto de Lei que duplica a pena de prisão para o traficante que negociar drogas dentro das escolas e a até duzentos metros de seu raio.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar de autoria do Deputado Joaquim Sucena, endereçada aos familiares e à sociedade cuiabana, pela perda do Sr. James Fabiano Borges.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar de autoria do Deputado Riva, pelo falecimento do Jornalista James Fabiano Borges, extensivo aos amigos e profissionais de comunicação.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia. Passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Baú, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Joaquim Sucena, Moacir Pires e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), Wilmar Peres (PPS), Romoaldo Júnior (PPS) e Túlio Fontes (PSDB).

Deixou de comparecer o Sr. Deputado Wilson Teixeira Dentinho, do PSDB (EM

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00  
HORAS.

---

MISSÃO OFICIAL).

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para amanhã, no horário regimental. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.

Conferida por Regina Céli Arruda